



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/07/2016 - Convergência Digital

TCU nega recurso da Anatel e mantém decisão sobre bens reversíveis



O Tribunal de Contas da União rejeitou o recurso da Anatel e manteve integralmente o Acórdão 3311/15, no qual faz uma profunda análise do estado das coisas sobre o tema dos bens reversíveis. Além de prover ali uma estimativa de que esse conjunto de bens

envolve cerca de R\$ 105 bilhões, a Corte de Contas descreve com detalhes o descontrole da Anatel sobre esse patrimônio.

Na prática, o recurso apresentado ao TCU garantiu à agência sete meses extras para atender as determinações do Acórdão proferido em dezembro de 2015. Em si, o Tribunal já admite que uma parte dos bens já foi para as calendas, visto reconhecer que a Anatel teria obrigações de fiscalizá-los desde 1998, mas para todos os efeitos perdoar o descontrole verificado desde aquele ano até 2007.

A principal determinação do TCU é que a Anatel apresente, em 180 dias, “a apuração do valor total dos recursos obtidos por cada concessionária a partir das alienações de bens reversíveis realizadas desde 25/01/2007” – ano tomado como marco inicial por ter sido quando a agência elaborou um regulamento para controle daqueles bens.

Quer ainda o Tribunal que sejam descritos:

1. “os tipos de bens reversíveis, de acordo com a classificação da Anatel, que foram alienados em cada ano, com o respectivo valor total obtido e a quantidade de bens alienados, mantendo os registros da relação completa de bens

alienados, com as informações individuais” ;

2. “a identificação dos atos de anuência da Anatel que autorizaram as alienações realizadas em cada ano, informando o quantitativo e a classificação dos bens envolvidos em cada ato” ;
3. “a comprovação dos depósitos realizados na conta vinculada em relação às alienações ocorridas após 25/1/2007” ; e
4. “a comprovação da aplicação dos referidos recursos na concessão.”

Quem se animar a ler as mais de 100 páginas do Acórdão 3311 saberá, no entanto, que a chance de a Anatel ter essas informações é muito pequena. A análise do TCU deixa claro que não há controle efetivo sobre esse patrimônio e que ao longo dos anos foram feitas alienações sem autorização – e mesmo sem conhecimento – do órgão regulador.

Afinal, o documento fala em “inconsistências”, “fragilidades”, “baixa transparência”, “descaso com o tema” e “descumprimento reiterado das obrigações legais”. E conclui: “A agência pode não ser capaz de determinar com precisão se os recursos obtidos pelas concessionárias em decorrência das alienações, legais ou ilegais, dos bens reversíveis foram aplicados na concessão de STFC ou se foram utilizados para financiar outros serviços privados das empresas.”

Sobram motivos para se considerar que os bens reversíveis são de longe o principal nó na tentativa em curso de substituição das concessões por autorizações, plano que passa pela troca desses bens por promessas de investimentos em redes. Agência e governo defendem o montante de R\$ 20 bilhões para a negociação com as operadoras, valor que é questionado pelo TCU.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/07/2016 - Convergência Digital

Câmara cria comissão para “aperfeiçoar” Marco Civil da Internet

A Câmara dos Deputados criou nesta quarta, 13/7, uma subcomissão permanente do Marco Civil da Internet, cujo objetivo expresso é fazer “aperfeiçoamentos” na Lei 12.965/14. Proposta pelo presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Alexandre Leite (DEM-SP), a subcomissão foi criada em votação simbólica, sem nenhuma discussão.

Para o presidente da CCT, embora a Lei tenha apenas dois anos, ela já merece ser revista pelos parlamentares. “Fica claro que essa legislação demanda aperfeiçoamentos”, sustenta o deputado na justificativa da proposta.

Ele elenca aí o fato de que este ano “tivemos a polêmica decisão judicial que bloqueou o aplicativo de mensagens instantâneas multiplataforma WhatsApp no Brasil inteiro, medida que afetou milhões de usuários, e foi tomada com base no Marco Civil”. Argumenta ainda o parlamentar que “a regulamentação do Marco Civil da Internet foi editada de forma acelerada pelo governo anterior”.

Como não houve debate, não surgiu ninguém para alertar o presidente da CCT que a decisão de bloquear

o Whatsapp se deu com base em interpretação questionável sobre o que diz o Marco Civil – como indicaram as decisões posteriores que cancelaram a ordem de bloqueio, já em duas ocasiões.

Da mesma forma, não apareceu nem mesmo um parlamentar do “governo anterior” para explicar ao presidente da CCT que a “acelerada” regulamentação do Marco Civil levou dois anos e foi submetida a duas rodadas de consultas públicas apenas no âmbito do Ministério da Justiça – para não falar as consultas paralelas, como feita pela Anatel e pelo Comitê Gestor da Internet, para embasar contribuições ao texto finalmente apresentado em maio deste ano.



13/07/2016 - Telesintese

TCU quer saber onde estão R\$ 10,5 bi de patrimônio da Oi

A redução nos bens reversíveis da concessionária ocorreu no período de 2011 e 2013.

O Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre bens reversíveis manda a Anatel apurar também o que teria acontecido com R\$ 10,5 bilhões de redução de valor no patrimônio da Oi S.A na relação que a empresa enviou para a agência entre os anos de 2011 e 2013.



tribunal.

Segundo o tribunal, essa relação de bens com valores menores foi fornecida pela própria empresa e deveria ter sido fiscalizada pela agência reguladora o motivo de tão grande queda de ativos. “A Agência deverá providenciar o porquê da diferença estabelecida”, determinou o



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/07/2016 - CUT

Lei Maria da Penha entra na mira dos golpistas

Projeto em discussão no Senado prejudica integralidade no atendimento às mulheres vítimas de violência

Às vésperas de completar 10 anos de implementação, a Lei Maria da Penha (11.340/2006) corre o risco de sofrer um retrocesso pelas mãos de parlamentares que apoiaram o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e que agora miram direitos sociais e trabalhistas.

Após ser aprovado no dia 29 de junho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o PLC 7/2016 (Projeto de Lei da Câmara), que permite ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência a mulheres vítimas de violência doméstica, deve ser votado em breve no plenário da Casa.

O parecer favorável à alteração foi apresentado pelo relator do PLC, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), um dos parlamentares que apoiam o golpe.

O delegado poderá determinar a medida protetiva em caso de risco à vida ou integridade física e psicológica da mulher, com a responsabilidade de remeter a decisão ao juiz em até 24 horas para que possa analisar e tomar providências complementares como a prisão. Nesse processo, o Ministério Público também deverá ser consultado no mesmo prazo.

Caso de polícia

Com o argumento de aumentar a celeridade no atendimento às vítimas de violência, o PLC 7 incorre em dois erros: ignorar a consulta às mulheres para apontar qualquer alteração e transformar um problema estrutural em caso de polícia.

Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Batista, apontou que o senador tucano, como é de seu perfil, ignorou movimentos sociais na construção do relatório.

“Esse projeto não passou por debate e avaliação da sociedade civil, dos movimentos sociais, das organizações feministas e sequer foi discutido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Não temos estrutura

na área de segurança e essa medida coloca em risco o papel do Judiciário ao tirar das mãos do juiz a decisão. Por isso, a CUT é contra”, disse.

Retrocesso na integração – Para a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, Eleonora Menicucci, o PL 7 atinge um dos principais avanços da Lei Maria da Penha, a integração de outras ações necessárias ao acolhimento.

“As delegacias passam a ter um super poder policial, retirando, mesmo que em casos de medidas protetivas de urgência, a atribuição da expedição dessas medidas do Poder Judiciário especializado. E se retira essa atribuição, mesmo que nos casos das medidas de urgência, sai de um consórcio de serviços destinados à acolhida”, criticou.

Eleonora explica que a Lei Maria da Penha é um avanço porque traz junto outras conquistas necessárias para que funcione integralmente. Caso do programa Mulher sem Violência, que abriga a Casa da Mulher Brasileira, destinada a integrar dentro do mesmo espaço físico outros serviços para as vítimas de violência.

O projeto surgiu porque os estados não cumpriam plenamente o papel de oferecer essa estrutura.

“O Programa Mulher Viver Sem Violência prevê a criação e integração de uma rede nos estados com delegacia, sistema Judiciário, unidades básicas de saúde, hospitais, Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Cras (Centro de Referência de Assistência Social). Mas como vimos que a rede estava insuficiente, criamos a Casa da Mulher Brasileira, onde há tudo isso”, apontou.

Leia mais em:

<http://cut.org.br/noticias/lei-maria-da-penha-entra-na-mira-dos-golpistas-f5ea/>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

12/07/2016 - CUT

Reduzir jornada é gerar emprego; aumentar só favorece patrão

Enquanto empresários querem ampliar tempo de trabalho para até 80 horas semanais, Central lança proposta de redução e mostra como isso é bom para o país

A CUT lançará nesta quarta-feira (13), às 16h, durante audiência pública na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, a segunda edição da Agenda Legislativa da Central para as Relações de Trabalho. O documento atualiza os projetos favoráveis e contrários à classe trabalhadora.

Uma das propostas bate de frente com o que pensa a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Em reunião com o golpista Michel Temer na última sexta-feira (8), o presidente da entidade, Robson Andrade, afirmou que o governo deve promover medidas muito duras na Previdência Social e nas leis trabalhistas para equilibrar as contas públicas, entre elas, ampliar a jornada para até 80 horas semanais.

Depois, disse que foi mal interpretado e defendia 'apenas' 60 horas, o equivalente a jornadas de 12 horas diárias para quem trabalha cinco dias por semana.

Na contramão desse pensamento escravocrata e que só gera lucro para o empresário com base na exploração da classe trabalhadora, a CUT defende que a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, é uma bandeira ideal para momentos de crise.

De acordo com levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a medida preservaria empregos e promoveria a criação de mais de dois milhões de novos postos. Além de diminuir o número de acidentes causados por exaustão.

Com mais tempo livre, o trabalhador também poderia investir em estudos, qualificação profissional, cultura e lazer, fatores que contribuem para a qualidade de vida e desenvolvimento do país, já que o aumento do consumo e da produção contribuem também para a economia.



Como reduzir

A PEC 231/1995 (Proposta de Emenda à Constituição nº 231), do deputado Inácio Arruda (PC-doB-CE), altera incisos do artigo 7º da Constituição Federal e, além de reduzir a jornada, amplia em 75% o valor da hora extra semanal.

Para a secretária de Relações de Trabalho da CUT, Graça Costa, a Agenda Legislativa da CUT para as Relações de Trabalho tem como grande diferencial indicar, além dos desafios, saídas para o momento em que o Congresso avança sobre os direitos da classe trabalhadora.

“ Num momento em que a pauta colocada é toda contra a classe trabalhadora, de retrocesso, retirada de direitos sociais e trabalhistas, nossa agenda traz os projetos, nome e sobrenomes de quem joga contra o país. E carimba que a Central não compactua com isso. Mas também mostra o que é benéfico para a classe trabalhadora, propostas progressistas para quem faz o país funcionar”, diz Graça.

A dirigente também aponta a terceirização na atividade-fim e o negociado sobre o legislado como outros tópicos na agenda dos empresários financiadores do golpe que demandam resistência e pressão constante sob pena de retrocessos terríveis em conquistas que tomaram décadas de luta.

“ Pior é que esses pontos são vendidos para a maior parte da população como grandes avanços, pintados com o verniz de modernização, especialmente o negociado sobre o legislado, como algo que favorece a negociação coletiva, mas que, na prática, representa a oportunidade de desregulamentar e tirar nossos direitos”, defende.

14/07/2016 - Vermelho

Temer prepara o maior desmonte do Brasil

O dia 12 de maio, há exatos dois meses, ficará no calendário como a data aziaga em que o golpe em curso alçou Michel Temer à presidência da República.

Mesmo sendo interino – pois Dilma Rousseff, eleita em 2014 com 54,5 milhões de votos, mantém a titularidade da presidência da República – Temer age com a desenvoltura de um presidente efetivo e deu início ao maior desmonte do Estado já visto na história.

Recentemente o ocupante do ministério da Fazenda, Henrique Meirelles, revelou à imprensa os planos deste governo impostor cujo objetivo é destruir a Constituição Cidadã. Ele falou em “um esforço extraordinário” que consiste em cortes na saúde e na educação, na privatização de empresas estatais, e no aumento de impostos. Mas não disse que este esforço será jogado nas costas do povo e dos trabalhadores...

Michel Temer também eliminou a política externa independente e autônoma, e age contra a Petrobras e a exploração soberana e sob controle nacional do pré-sal, que pretende abrir para empresas privadas – principalmente dos EUA.

Colocou em prática um extenso rol de medidas radicalmente neoliberais, para favorecer apenas aos muito ricos, à especulação financeira, ao rentismo e ao imperialismo.

Imediatamente após sua investidura como presidente interino, Temer cortou ministérios importantes e enfraqueceu outros, além de criar o chamado Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) destinado a privatizar o patrimônio público.

A pretexto de “economizar”, Temer extinguiu os ministérios da Cultura, de Ciência e Tecnologia, dos Direitos Humanos, e acabou com a representação, no primeiro escalão do governo, das mulheres, juventude e negros.

Eliminou organismos de combate à corrupção do governo, como a Controladoria-Geral da União



CHARGE: M. MEIRELLES © Copyright do autor

(CGU). Na área social, acabou com o corpo técnico do Fórum Nacional de Educação (FNE) – uma instituição que coordenava as Conferências Nacionais de Educação e acompanhava o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.

Tudo aquilo que foi feito durante os governos Lula e Dilma, para criar melhores oportunidades para todos, está sob risco. O orçamento do Ministério da Educação,

por exemplo, foi multiplicado por três, passando de R\$ 43 bilhões em 2002 para R\$ 131 bilhões em 2015.

Os golpistas têm a pretensão de impor seu programa neoliberal a qualquer governo nos próximos 20 anos. Querem inscrever na Constituição um teto máximo para os gastos nas áreas sociais, entre elas a saúde e a educação, obrigando os próximos governos a se manterem dentro do rígido neoliberalismo representado pela PEC 241, que tramita na Câmara dos Deputados. Ela pretende limitar os gastos públicos até 2037 e, caso seja aprovada, vai simplesmente rasgar a Constituição e inviabilizar, entre outras coisas, os esforços para assegurar uma educação de qualidade para todos. Inviabilizará o SUS, atendendo aos interesses das empresas que vendem convênios médicos a altos preços e mau atendimento. E vai por aí...

Os gastos públicos que a PEC malsinada abrange são aqueles voltados às áreas sociais e de investimento do governo. As despesas oficiais com pagamento de juros e amortização da dívida (que interessam aos grupos financeiros dominantes) ficam fora desse controle e podem se expandir à vontade.

O desmonte do Estado levado a ferro e fogo contra os interesses da nação tem alvo certo, sendo mais radical do que o neoliberalismo já praticado no país e que se julgava superado devido às derrotas eleitorais que sofreu desde 2002.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/07/temer-prepara-o-maior-desmonte-do-brasil.html>